



DEPOIMENTO

LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA

Em 2003, ex-servidor da Câmara dos Deputados e ministro do Tribunal de Contas da União. Entre outras atividades na Casa, exerceu o cargo de diretor-geral no período de 6/4/1964 a 9/12/1977.

ENTREVISTADORES:

Glória Varela, Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho, Casimiro Pedro da Silva Neto e participação do ex-servidor Luiz Roberto Bastos Serejo e do servidor Ivanir Geraldo Vianna.

LOCAL:

Brasília

DATA:

3/10/2003

DURAÇÃO:

2 horas, 22 minutos

TÓPICOS:

Sua entrada para o quadro funcional da Câmara dos Deputados; vinda para Brasília; construção do Palácio do Congresso Nacional; infra-estrutura da cidade e da Câmara no início de Brasília; reformas e modificações nas construções dos prédios da Câmara; sua atuação como diretor-geral; papel da Câmara; relações interpessoais na Câmara; casos pitorescos acontecidos na Casa; atuação de Niemeyer; atuação da Câmara no período da Ditadura; crescimento da Câmara; sua saída da Câmara para assumir o TCU.

A SRA. ENTREVISTADORA (GLORIA VARELA) – Uma pergunta padrão que fazemos a todas as pessoas que entrevistamos é quando e em que circunstâncias entrou para a Câmara, como foi a vida funcional na Câmara dos Deputados.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Formei-me em Engenharia no Rio de Janeiro, turma de 1947, na Escola Nacional de Engenharia (a antiga Politécnica do Largo de São Francisco). Um ano antes, habilitei-me a uma seleção em uma empresa então muito conhecida entre a população carioca, a Companhia Telefônica Brasileira, onde fui admitido como auxiliar de engenheiro.

No ano seguinte, já agora como engenheiro, verifiquei não ser muito do meu agrado lidar com caixas subterrâneas de telefone, terminais e mufas em cabos telefônicos. Passei por isso a trabalhar num órgão novo da área federal de grande prestígio, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, hoje conhecido pela sigla pouco expressiva de DNIT.

O DNER fora criado, se não me engano, em 1945, por decreto-lei do governo do presidente José Linhares, sendo ministro da Viação e Obras Públicas o engenheiro Maurício Joppert da Silva, anos depois eleito deputado federal pela cidade do Rio, então capital federal. Aquele mesmo decreto-lei dava também origem ao Fundo Rodoviário Nacional, com recursos substanciais que asseguraram o grande surto rodoviário em nosso país.

Essas duas iniciativas ficaram conhecidas com o nome de Lei Joppert, em homenagem ao titular da pasta, ao lado de quem fui trabalhar na Diretoria de Estudos e Projetos do já citado DNER.

Passando agora a responder diretamente sua indagação, lembro que lá já me encontrava há bastante tempo quando o governo federal submeteu ao Legislativo o Plano de Viação Nacional, projeto que envolvia não só a malha rodoviária federal, como também a rede ferroviária e o sistema de portos e vias navegáveis do país.

Sendo competência da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da Câmara dos Deputados, o Plano foi a ela encaminhado. Presidia a Comissão o deputado Edison Passos, coincidentemente presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, órgão de grande prestígio na engenharia nacional. Estábamos no início da década de 50.

Como presidente da comissão técnica, Edison Passos avocou a si a relatoria do projeto e solicitou ao DNER, aos então Departamentos Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) e de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) a designação de engenheiros para assessorá-lo na matéria. O diretor-geral do DNER era, na

época, o consagrado engenheiro Régis Bittencourt, que me indicou por parte daquele órgão.

Aqui está a razão, o primeiro passo que me trouxe para a Câmara dos Deputados como assessor de Edison Passos na relatoria, na esfera rodoviária, do Plano de Viação Nacional.

A esse respeito gostaria de deixar aqui consignados os nomes de dois outros colegas que assessoraram a presidência da citada comissão técnica legislativa naquela tarefa: refiro-me ao engenheiro José Gaioso, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, e ao então diretor-geral do próprio Departamento de Portos, engenheiro Gilberto Canedo de Magalhães.

Tanto na parte portuária e na fluvial como na ferroviária, o trabalho foi cumprido em menor tempo, em razão do reduzido número de emendas apresentado. Já no âmbito rodoviário, motivado exatamente pelo surto de estradas de rodagem havido na época, foi sobremodo elevado o número de emendas oferecidas. Por isso permaneci muito mais tempo na Assessoria, até que, em fins de 1952, o deputado Edison Passos concluiu a relatoria com um importante trabalho, hoje integrado não só aos Anais da Câmara, mas a todas as bibliotecas especializadas em transportes viários do país.

Voltando a responder sua pergunta, direi que, na mesma época, no Palácio Tiradentes, então sede da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, estavam em andamento várias obras de reformas cujos prazos vinham sendo prorrogados, o que preocupava o deputado Nereu Ramos, presidente da Casa de 1951 até 1955. O fato levou-o a solicitar ao prof. Maurício Joppert, como já disse deputado pelo então Distrito Federal – tal como Edison Passos – que indicasse um engenheiro para acompanhar e concluir as obras e adaptações do Tiradentes. Informando-o Maurício Joppert encontrar-se na Casa, à disposição da Comissão de Transportes, um engenheiro que encerrava naqueles dias suas tarefas junto à Relatoria do Plano de Viação Nacional, fui chamado para fiscalizar a fase final daquelas obras no Palácio Tiradentes, que, como todos sabemos, é um marco histórico da política nacional. Fatos importantíssimos da história republicana do país ali se desenrolaram: relembro as posses de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, as famosas convenções partidárias do PSD, do PTB e da UDN, esta a que escolheu o Brigadeiro Eduardo Gomes como candidato das oposições a Vargas. É realmente o Palácio Tiradentes uma referência histórica na cidade do Rio de Janeiro.

Encerradas as obras entre 1954 e 1955 no Tiradentes, fui indicado para ser o engenheiro administrador do Palácio, não só da parte física, mas de todas suas

instalações na época ali existentes, já necessitadas de revisão ou substituições, pois o Palácio Tiradentes fora inaugurado em 1926.

Logo a seguir assume a Presidência da República o presidente Juscelino Kubitschek, que toma a decisão heróica e histórica da mudança da capital do país do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Daí resultou a demarcação do quadrilátero do Distrito Federal para a construção de Brasília, seguida das designações do engenheiro Israel Pinheiro, conhecido na classe como grande tocador de obras, dos renomados urbanista Lúcio Costa e do arquiteto Oscar Niemeyer, que passaram logo a se dedicar às tarefas de elaboração dos projetos e da construção de Brasília.

A idéia da mudança da capital gerou sentimentos múltiplos, alguns de entusiasmo, outros de preocupação, sem falar nos de muita má vontade. Nesse clima, nesse ambiente, foi afinal aprovada a data de 21 de abril de 1960 para a transferência. Foi Relator, lembro-me muito bem, dessa matéria, em uma das comissões, a de Justiça, o deputado França Campos (a propósito gostaria de registrar o fato, de poucos conhecido, que França Campos era sogro do jornalista e colega Gilberto Amaral). Afinal foi aprovada pelo Congresso Nacional a data de 21 de abril de 1960 para a mudança. Uns acreditavam, outros não, mas a data foi aprovada. Foi quando esta Casa, a Câmara dos Deputados, despertou para o problema: tinha de mudar mesmo.

Corria o ano de 1957. Presidia a Câmara o saudoso deputado Ulysses Guimarães, que deu realmente o passo inicial de todo o processo da transferência, constituindo a primeira comissão de deputados engenheiros. O nome correto da comissão era: Comissão de Acompanhamento da Construção do Edifício Sede da Câmara dos Deputados na Nova capital. Isso, com certeza, em 1957.

Presidia a Comissão o deputado baiano Carlos Albuquerque. Logo no início do ano seguinte, 1958, por iniciativa dele, alguns membros da Comissão vieram visitar o local onde seria construída Brasília. Organizado o grupo, o presidente Ulysses Guimarães designou-me engenheiro da Casa para secretariar a Comissão.

No exercício dessas funções, lavrei a ata da primeira visita, ocorrida em 8 de março de 1958. Essa ata, que conservo até hoje entre meus papéis, registra que havíamos decolado em avião da Novacap, às 8 horas da manhã, do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e chegado ao sítio da futura Brasília às 12h15, portanto num vôo de 4 horas e 15 minutos. Pela primeira vez pisava eu solo brasiliense. Era uma aeronave de poucos lugares. Nela estávamos os deputados Carlos Albuquerque, Correia da Costa e Saldanha Derzi, ambos de

Mato Grosso, eu, como secretário, o piloto e o co-piloto. Está registrado nessa ata que aterrissamos aqui na pista construída no Gama, ao lado do Catetinho, local onde se hospedavam o presidente da República, o engenheiro Israel Pinheiro e o arquiteto Oscar Niemeyer, e onde também ficamos.

Consta da mesma ata que, à tarde, nos deslocamos para o Núcleo Bandeirante, ou Cidade Livre, como era então chamada, uma cidade embrionária, hoje uma das cidades-satélites do Plano Piloto, núcleo que se desenvolvia numa rua com dois quilômetros de extensão, casario de madeira de um lado e do outro, e, num prédio de dois pavimentos, a sede da Novacap. Lá teve a Comissão o primeiro contato oficial com Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer e outros dirigentes, como o Dr. Ernesto Silva, um dos pioneiros de Brasília. Estabelecia-se assim o contacto inaugural da Comissão com a diretoria da Novacap.

No dia seguinte fomos visitar a área destinada ao edifício do Congresso Nacional. Da ata consta também que o local estava em fase de escavações, e que se iniciava a colocação da estacaria para as fundações. Nessa visita ao arquiteto Oscar Niemeyer, dele ouvimos ponderações, adiantando que estava aberto a eventuais propostas de alterações do projeto inicial, menos aquelas que porventura afetassem os cálculos estruturais, porquanto as fundações já estavam em curso, as estacarias em fase de execução, a concretagem também iniciada, como poderíamos verificar, acrescentava Niemeyer, quando visitássemos no dia seguinte as obras.

É interessante lembrar que o projeto inicial dele para a Câmara está inserido no número 1 da revista *Módulo*, publicação de grande prestígio junto aos arquitetos brasileiros. Tive o prazer, quando deixei a Câmara, de doar toda a minha coleção da *Módulo* ao seu Centro de Documentação e Informação. Quem consultar, hoje, na Biblioteca da Câmara, a revista *Módulo*, verificará que em seu número 1 consta a idéia inicial de se colocar vidros nas galerias que dão para o plenário da Câmara.

O SENHOR ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Nós temos uma parte da série. Não me lembro de termos o número 1, mas alguns dos volumes nós temos.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Continuando: essa idéia constava do projeto original de Oscar Niemeyer, mas a Mesa da Câmara, ainda no Rio de Janeiro, propôs ao arquiteto que seccionasse os vidros das galerias, pois achava que devia haver contato direto do público com os parlamentares.

De outra parte, Oscar Niemeyer havia projetado o plenário só com poltronas. A *Módulo* mostra que estavam previstos seiscentos lugares só com

poltronas. Mas a Comissão ponderou ser importante, tratando-se de uma Assembléia Legislativa, haver bancadas e poltronas. Daí o arquiteto, também nessa parte, ter alterado seu projeto.

Meses depois de havermos retornado ao Rio, faleceu o deputado Carlos Albuquerque. Já estava na presidência da Câmara o deputado Ranieri Mazilli, de São Paulo, que reconstituiu a Comissão e designou para presidi-la o deputado Saturnino Braga, pai do atual senador Roberto Saturnino, que por sua vez fora, no meu tempo, o primeiro diretor-geral do DNER.

Essa segunda comissão teve atuação permanente junto à Novacap e ao arquiteto Oscar Niemeyer. Foram feitas várias sugestões de modificações. Por exemplo, na *Módulo*, no primeiro projeto, aparecem as comissões técnicas da Casa localizadas no Anexo I, o anexo administrativo. Originariamente eram o Edifício Principal e o anexo administrativo. Oscar Niemeyer propusera que as comissões ficassem nesse anexo. A Comissão, contudo, sugeriu que esses órgãos se instalassem no próprio Edifício Principal. Orientou também se criassem gabinetes para os membros da Mesa, pois só existiam os gabinetes do presidente e do 1º secretário. Essa a razão de hoje distinguirmos, numa das fachadas laterais do Edifício Principal, três pavimentos, sendo para tanto criados um andar semi-enterrado, um intermediário e um superior. Não sei quais as dependências que hoje estão nesses andares, mas ao tempo em que eu era diretor-geral, lá funcionavam as Secretarias: a da Mesa em baixo, as outras no andar intermediário, e a Presidência e as Vice-Presidências no piso superior.

A comissão presidida por Saturnino Braga também propôs modificações importantes em relação à Comissão de Orçamento. É que as dimensões das áreas a ela destinadas foram consideradas exíguas. Tudo isso comprova que a Comissão de Acompanhamento, sob as duas presidências, bastante prestigiadas pela Mesa Diretora, atuou com muito dinamismo.

Aproximando-se o ano da mudança da capital, o presidente Ranieri Mazilli criou outro grupo de trabalho, incumbido da transferência dos deputados, dos funcionários e de suas famílias para Brasília. Esse grupo foi presidido pelo deputado maranhense Neiva Moreira.

É interessante registrar que, dos deputados oriundos do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, só três exercem hoje mandatos em Brasília: os senadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães e o deputado Neiva Moreira.

Este último, aliás, cujo entusiasmo no afã de mudar a Câmara para Brasília era contagiante, fez instalar seu escritório no Salão Nobre do Palácio Tiradentes. Observa-se ali um contraste muito grande entre o vetusto e formal salão e a

animação e vibração de Neiva Moreira. Por sua vez, os licitantes disputavam acirradamente o transporte dos móveis para Brasília. Predominavam a disputa, o vozerio naquele ambiente do Salão Nobre do Palácio Tiradentes.

Nessa época fui destacado para acompanhar a Brasília o deputado Neiva Moreira e vários grupos de funcionários. Já estávamos em fevereiro de 1960. Era 1º secretário da Câmara o deputado José Bonifácio, que nunca tinha viajado de avião. Em discurso famoso transscrito nos Anais da Câmara, lembrou ele nunca haver entrado num avião, mas, cioso de suas responsabilidades como 1º secretário, cumpria-lhe vir a Brasília para conhecer as condições em que os deputados iam trabalhar, como os funcionários iriam morar e como os parlamentares e suas famílias também se instalariam aqui. Afirmou ir à nova capital ver isso tudo, mas que viajaria de automóvel. Adiantou saber que seria uma aventura. Sendo assim, traria na viagem um mecânico, um borracheiro, um médico (no caso o Dr. Renault Mattos Ribeiro, nosso estimado colega e amigo, um dos diretores da Casa) e até um engenheiro, que por sinal era eu.

Naquela época seu carro oficial era um Mercury muito baixo, popularmente chamado de “rabo de peixe”. Assim viajaram o deputado José Bonifácio com sua esposa, D. Vera, no carro da frente, e nós outros em duas caminhonetes Aero-Willis. A viagem do Rio a Belo Horizonte foi ótima, em estrada pavimentada. Mas em fevereiro de 1960 o trecho Belo Horizonte – Brasília era ainda caminho de serviço, porque o eixo principal estava em construção. Conseqüentemente, houve vários tropeços nessa viagem: o carro atolou, enguiçou, faltou gasolina, para só mencionar esses contratempas.

Acho que o deputado José Bonifácio ignorava ser eu, egresso do DNER, colega de todos os engenheiros responsáveis pelas frentes de trabalho. Foram eles afinal que me ajudaram a superar todos esses obstáculos e dificuldades, até conseguirmos alcançar Brasília.

Devo lembrar que o deputado José Bonifácio fazia parte do grupo parlamentar que não tinha muito boa vontade política para com Brasília. Se bem que, anos depois, já aqui instalado, afeiçoou-se enormemente à cidade. Mesmo assim não viajou de avião durante muitos anos, até que foi eleito presidente da Câmara em 1968. Só assim, disse-me ele, cioso de suas responsabilidades, entrou num avião. Documentando essa aventurosa viagem do 1º secretário deputado José Bonifácio a Brasília, há uma série de fotografias.

Depois, ele aqui retornou, fez outro discurso, já agora com bastante boa vontade quanto a Brasília. Ainda em março de 1960, última viagem antes da inauguração da nova capital, acompanhei grupos de deputados e o presidente Ranieri Mazzilli, que desejava conhecer a cidade. Depois veio a inauguração.

Em razão talvez da possível boa impressão do deputado José Bonifácio quanto à minha atuação na sua referida aventurosa primeira viagem, convidou-me ele para chefiar o seu gabinete na 1^a Secretaria. Foi uma época de muito trabalho. A capital já havia sido inaugurada, mas os prédios ainda estavam em fase de acabamento, a ocupação dos andares do Anexo I, o Anexo administrativo, era progressiva. Ao mesmo tempo, concluía-se o Edifício Principal, onde estava funcionando, preparado para a inauguração, o plenário provisório. Afinal, houve a sessão solene de instalação, com a entronização, ali, do crucifixo do Cristo. Refiro-me a esse fato porque quem doou essa imagem à Câmara dos Deputados foi o deputado Carvalho Sobrinho, de São Paulo, que me incumbiu de escolhê-la, num antiquário da Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Essa obra de arte religiosa permanece até hoje em lugar de destaque no plenário da Câmara. Houve então a sessão solene de instalação da Câmara dos Deputados na nova capital. Quero aqui reverenciar a memória do Dr. Adolpho Gigliotti, respeitada figura de servidor público, na época diretor-geral da Casa, cargo que exerceu, com muita autoridade, por longos anos.

Permaneci na Chefia do Gabinete do 1º secretário, deputado José Bonifácio, até o início do regime parlamentar de governo. No segundo gabinete parlamentar, chefiado pelo Dr. Brochado da Rocha, foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas o engenheiro Hélio de Almeida, na época presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, líder da classe, empresário vitorioso e meu querido e saudoso amigo.

Por isso convidou-me ele para ser seu chefe de gabinete no ministério, com o que concordou o deputado José Bonifácio.

Quem conviveu com Bonifácio sabe que ele era um homem extremamente arguto, de raciocínio rápido, pronto nas suas resoluções. A esse respeito recordo-me que, quando deixou o primeiro gabinete parlamentar o Dr. Tancredo Neves, foi apresentado o nome do Dr. Francisco San Tiago Dantas para chefiar o segundo gabinete. Certa manhã, começava a apreciação desse ilustre nome de homem público. Iniciava-se a sessão, sob a presidência do deputado Mazilli. Havia mil lugares nas galerias, não sei se ainda hoje é esse o número. De repente, ocuparam esses mil lugares os cidadãos. Abro aqui um parênteses para dizer que, na primeira viagem que fizemos a Brasília, e nas seguintes, chamava nossa atenção o entusiasmo desses nossos patrícios, dedicados e anônimos construtores da nova capital brasileira. Em todos aqueles que aqui se encontravam sentia-se impregnada a mística da mudança, o devotamento à tarefa de que haviam sido incumbidos.

De repente, os mil candangos ocupam as galerias da Casa. O presidente Ranieri Mazzilli chama o deputado José Bonifácio e diz: “Veja o que está acontecendo: os deputados estão reclamando, não estão podendo votar nesse clima pesado.” Aí o deputado José Bonifácio manda chamar funcionários da limpeza da Casa, aos quais determinou lá se distribuíssem para apurar a razão daquela presença maciça no plenário. Dez minutos depois, voltam todos com a mesma informação: eles, os candangos, estavam lá para aplaudirem o nome San Tiago Dantas, e que o pagamento deles só sairia depois de aprovado esse nome. O deputado José Bonifácio fez voltar o mesmo grupo para espalhar uma notícia. De repente, todos os candangos saíram porta afora. O presidente Mazzilli chama novamente o deputado José Bonifácio e indaga: “O que houve, foram todos embora?” Resposta: “Mandei avisar que o pagamento havia saído.” Foi uma risada geral.

Continuo agora a responder à pergunta da jornalista Glória Varela.

Em março de 1964 fui nomeado diretor-geral da Câmara. Minha vida funcional aqui durou 25 anos, metade deles dedicada às tarefas que resumidamente acabo de relatar. No restante do período, cerca de catorze anos, ocupei, como já disse, a função de diretor-geral da Secretaria da Casa. Todo esse período corresponde a sete legislaturas. Senti-me muito honrado em ser nomeado diretor-geral da Câmara dos Deputados, e exercer aquelas elevadas funções.

Chamou-me a atenção, desde que vim trabalhar aqui, principalmente quando assumi a Diretoria-Geral, que a Casa não possui hierarquia, todos os deputados são iguais. Não há chefes. Há líderes, a quem cabe a função de coordenar os trabalhos legislativos. Realmente, todos os deputados são tratados igualmente por nós, funcionários. Também senti que é uma Casa de naturais e legítimos conflitos de interesses, conflitos partidários, uma Casa de disputa de espaço político, totalmente aberta e transparente. Tão transparente que, se ouvirmos uma notícia no Anexo I, é certo que ela chegará rapidamente ao Anexo IV.

Antes de tudo, considero a Câmara dos Deputados uma universidade. Aqui aprendi importantes lições de vida. Ao longo de todo esse tempo, aqui convivi com ilustres personalidades representativas do verdadeiro espírito público nacional, entre as quais futuros presidentes da República e ministros de Estado; trabalhei lado a lado com colegas já então escritores de prestígio, professores universitários que mais tarde se tornariam honrados magistrados; conheci também jornalistas influentes e respeitados; contei com a colaboração de fiéis servidores, da mais alta categoria intelectual e do mais modesto escalão funcional, todos de uma integridade verdadeiramente exemplar.

Aqui tive o privilégio de conhecer melhor o nosso país, em toda sua rica diversidade e potencialidade, com suas reconhecidas dificuldades.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dr. Luciano, qual o grande desafio de ser diretor-geral?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Em que sentido? Em ser ou em permanecer?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em ser e permanecer também. É uma tarefa difícil?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Ser diretor-geral da Câmara foi o somatório de tarefas complexas, que busquei cumprir da melhor forma possível. Durante quase quinze anos procurei me relacionar com todos os parlamentares. A grande tarefa do diretor-geral é estar sempre à disposição dos deputados para recolher sugestões, tentar solucionar problemas de múltipla natureza sobre o trabalho legislativo. Mas é também uma tarefa de convivência extremamente enriquecedora e proveitosa. Alguns deputados chegam à Casa, como todos sabemos, com grande prestígio adquirido em seus estados de origem; outros conquistam esse prestígio ao longo de seu trabalho aqui. Na época em que fui diretor-geral, como disse, durante várias legislaturas, os parlamentares eram originários mais das capitais dos estados. Mas lembro que, já na terceira legislatura, alguns deputados provinham de cidades de porte médio do interior dos estados. Essa a razão pela qual a conversa, o dia-a-dia com eles e a exposição de problemas e a procura de soluções por eles propostas enriqueciam muito nossa convivência. Afinal, como acabei de dizer, a grande lição que levamos daqui é que, de certa forma, passamos a conhecer melhor o país. Por outro lado, insisto em afirmar, ser ou permanecer diretor-geral é ter a grande vantagem, o grande privilégio de conviver com colegas bem sintonizados com o trabalho e com a mística de nossa Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era exatamente isso que eu queria perguntar. O diretor-geral tem um relacionamento, uma convivência com os funcionários, com os servidores, que os deputados não têm, que a Mesa Diretora não tem.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – O diretor-geral consegue, por intermédio do estreito contato com os funcionários, a ponto de identificar cada um pelos seus próprios nomes, encontrar as melhores soluções para os problemas da Administração da Casa e para os levantados pelos parlamentares. De outra parte, repito, é muito enriquecedora a convivência diária com uma equipe funcional da melhor qualidade, do melhor nível técnico, como é o caso do funcionalismo da Câmara dos Deputados. Posso

atestar, pelos anos em que fui diretor, que se trata realmente de servidores da melhor qualificação. Permita que novamente afirme: transformei todos esses anos de convivência em grandes amizades, que sempre me honraram e me proporcionaram muita satisfação.

Familiarizei-me também, nessa experiência como diretor-geral, com a gíria parlamentar. Há todo um jargão nesse campo que nós, não-políticos, acabamos assimilando. É bem o caso das expressões “baixo clero”, “cardeais”, comuns ainda hoje; no âmbito partidário, com relação, por exemplo, à UDN (União Democrática Nacional), expressões como “banda de música”, “bossa nova” e “chapa branca”; no tocante ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), “autênticos” e “moderados”; e a linguagem parlamentar, que acabamos usando em tom coloquial: “grande expediente”, “explicação pessoal”, “pinga-fogo”, “questão de ordem”, “ordem do dia”, não sei se essa gíria é utilizada até hoje. E há também as referências à parte física das duas Casas, como “túnel do tempo”, aludindo ao túnel que liga as imediações do plenário do Senado Federal aos gabinetes dos senadores.

Ainda a esse respeito, recordo que, no fundo do plenário da antiga sede da Câmara no Palácio Tiradentes, havia uma sala reservada aos deputados. Seu apelido era “furna da onça”. O diretor-geral na época, Dr. Gigliotti, costumava dizer que tinha grande dificuldade em lotar uma datilógrafa na “furna da onça”. Indagado por que, esclarecia ele: “É que a moça acaba sendo conhecida como a “onça da furna”.

Assimilamos esse verdadeiro folclore parlamentar no dia-a-dia de nossas funções.

Também indispensável mencionar neste depoimento os nomes dos honrados presidentes da Câmara com os quais trabalhei e convivi, depois de Ranieri Mazzilli: Bilac Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, Baptista Ramos, José Bonifácio, Geraldo Freire, Pereira Lopes, Flávio Marcílio, Célio Borja e Marco Maciel, os quais nunca faltaram com o seu apoio e prestígio para com o diretor-geral. São dez, todos com estilos diferentes. Por exemplo, o presidente Ranieri Mazzilli, um homem formal, muito cioso da liturgia do cargo, ocupou várias vezes a Presidência da República, inclusive em alguns momentos difíceis da vida política do país. Presidiu vários anos a União Interparlamentar. O deputado José Bonifácio, como já disse, era político experiente, de família mineira tradicional, muito arguto, e também muito irreverente. Não obstante sua firme posição partidária, considerada de radical de direita, mantinha boa convivência pessoal com o grupo da esquerda. Exemplo disso é a opinião que ainda hoje ouço do arquiteto Oscar Niemeyer: “O Zezinho é muito bom sujeito”. De fato,

era muito leal e franco com correligionários e adversários políticos. Não tinha inimigos. O deputado Marco Maciel, mais discreto, negociador competente, tinha seu estilo: gostava de trabalhar até altas horas da noite. Então, terminado o dia e chegada a noite, ele convocava o diretor-geral, que também tinha de ter características de paciente e disciplinado, para ir despachar em sua residência. Soube que esse hábito ele conserva até hoje. Ainda a seu respeito é de lembrar a iniciativa da edição de *Perfis Parlamentares*.

Aliás, nesse campo cultural, ocorre-me mencionar também a reedição, em sucessivas presidências, dos históricos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*.

Em toda essa minha rememoração, gostaria agora de fazer especial referência a um colega funcionário que no mês de maio último completou cem anos. Trata-se do Dr. Sylvio Viana Freire, respeitado diretor da Taquigrafia da Câmara durante muitos anos, ainda no Rio de Janeiro, homem muito culto, muito atencioso com seus colegas. Hoje é presidente de honra do Liceu de Artes e Ofícios, da cidade do Rio de Janeiro, educandário altamente conceituado, e ao qual permanece até hoje ligado. Ao completar os seus vitoriosos cem anos, convidou-me ele para a festa que a família organizara. Sylvio Freire simboliza sem nenhuma dúvida todo o grupo funcional com o qual eu convivi. Trata-se de uma figura sobremodo emblemática.

Nesse convívio, quando do exercício da função de diretor-geral, gostaria de salientar também o contato estreito que tive em múltiplas oportunidades com o hoje igualmente quase centenário arquiteto Oscar Niemeyer, desde a época, como já assinalei, em que fui secretário das duas comissões de transferência da Câmara para Brasília, para com ele tratar das modificações de seu projeto original, até alterações mais recentes.

Por isso desejo destacar agora seu inspirado novo projeto para o plenário da Câmara dos Deputados que, como já lembrei antes, ficou concluído provisoriamente para a sessão de instalação, em 21 de abril de 1960. Anos depois, eleito em 1973 presidente da Câmara, o deputado Pereira Lopes, de São Paulo, propôs a Niemeyer alterações no plenário. Assim, Niemeyer fez um projeto de reambientação daquele espaço, cuja justificativa era dar-lhe maior beleza, maior apuro e, em suas próprias palavras, unidade plástica. Disso resultou o plenário que temos hoje.

Essa ambientação foi feita, como disse, em 1973. Do projeto original restou apenas a estrutura de concreto. Tudo foi substituído: a mesa, as bancadas, as poltronas, o revestimento, tudo. Só uma peça do plenário primitivo permanece até hoje: a imagem, o crucifixo, que é o mesmo de 1960.

Foi por essa época que se fez também a remodelação do Salão Verde. Sucedeu que, no regime parlamentar de governo, esse salão fora todo retalhado em gabinetes. O espaço inteiro foi dividido em pequenas áreas para gabinetes de líderes, vice-líderes, etc. Oscar Niemeyer não podia concordar com isso. Propôs então um acréscimo, se não me engano de quinze metros, ao Edifício Principal na direção da Praça dos Três Poderes, para localizar ali tais gabinetes. Ele projetou, fez executar a modificação, mas tudo muito a contragosto porque, com a ampliação, ficou comprometida a integração visual entre os salões Verde, da Câmara, e Azul, do Senado, com a Praça dos Três Poderes. Com tal rearrumação, ele embelezou também o Salão Verde, com os azulejos de autoria do arquiteto Athos Bulcão, o painel de Mariane Perreti, além da Divisória na saída dos elevadores, também do Athos. Ainda da época da inauguração, vemos ali o painel de Cândido Portinari.

O Edifício Principal da Câmara tem 15 mil metros quadrados: o Anexo I, as mesmas dimensões. Quando deixei a Diretoria-Geral, essa área, com os novos anexos, perfazia 80 mil metros, contra os 8 mil do Palácio Tiradentes, ainda hoje com a mesma metragem.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Dr. Luciano, o senhor está falando daquela época, e desejo resgatar alguma informação sobre o que sabemos com base em determinada fotografia publicada na revista *Módulo*.

No Salão Verde, hoje, há certa escultura do André Bloch. Já tentamos resgatar a origem dessa obra. Por um acaso, ao ler a revista *Módulo*, vi tal escultura no Palácio da Alvorada, no início de Brasília. Não há nenhuma documentação sobre a vinda dessa escultura para a Câmara dos Deputados. Indago se o senhor tem conhecimento de como essa escultura veio parar nesta Casa.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Ela está hoje no Salão?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Ela está no Salão Verde, e a esposa do presidente Lula mandou pedir essa escultura de volta para o Palácio da Alvorada. Ela quer restabelecer a decoração original do Palácio.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Veja bem: de imediato, direi que não é acontecimento do meu tempo, enquanto diretor-geral. Certamente, a escultura foi para a Câmara depois. Do meu tempo, com certeza, não é. Lembro-me bem da divisória, do vidro de Perreti, do painel de Portinari e dos azulejos de Athos Bulcão. Talvez, se eu vir a escultura... ela está na *Módulo*?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Temos os anjos do Ceschiatti, a escultura está um pouco depois. São uns cubos de metal ascendentes.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Certamente não são do meu tempo.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Em outro momento, podemos dar uma olhada lá, porque queremos resgatar essa...

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Os anjos de Ceschiatti são daquela época. De lembrar, por ser curioso, o fato de o presidente Flávio Marcílio haver mandado fechar o espaço junto daqueles azulejos de Athos Bulcão e posto ali, no Salão Verde, e depois, também em área fechada do Anexo IV, trazidos pelo zoólogo Augusto Ruschi, lá de Santa Teresa, Espírito Santo, muitos casais de multicoloridos colibris.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Foi no Anexo IV, um jardim fechado com vidro do tipo blindex, aberto na parte superior, onde entrava o sol e tocava ar. Eles tentaram colocar, se não me engano, trinta e poucos colibris, que, ao voar, batiam no vidro e morriam. Foram postos novos colibris, que também morriam. Fomos obrigados a pôr ali outros pássaros que também batiam nos vidros mas se acostumavam, ao contrário dos primeiros.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Mas, originariamente, eles ficavam ali no Salão Verde. Essas são as histórias de que me lembro quanto aos colibris. As suas outras lembranças, quanto ao Anexo IV, não são do meu tempo.

Outro registro que gostaria de fazer, e não me ocorreu antes, é a respeito da estrutura do Anexo I, que é toda metálica e foi encomendada em 1958 à Companhia Siderúrgica Nacional. Foi toda montada aqui. Abrigava, na ocasião, os serviços administrativos. No segundo andar ficava a Diretoria Médica; no terceiro, a Diretoria-Geral. Vinham depois os Serviços de Pessoal e os de Contabilidade. Ali estava também a Biblioteca, que depois foi transferida para o recém-construído Anexo II, e o Arquivo da Câmara, antes igualmente situados nesses pavimentos do Anexo I.

O deputado José Bonifácio implicava muito, no começo de Brasília, com o fato de as ligações entre as duas lâminas administrativas dos Anexos da Câmara e do Senado serem no 14º, 15º e 16º andares. Dizia ele: “E se houver um incêndio, uma eventualidade, no pavimento acima? Peça ao Oscar Niemeyer que faça uma ligação das coberturas.” Submeti a questão ao arquiteto, que então projetou uma passagem por ele denominada de “ponte escamoteável”. É uma ponte de duralumínio, fixada na cobertura do prédio do lado da Câmara, dotada de um cabo de aço, porque, na eventualidade de acidente, ela poderia ser puxada e amarrada do lado do Senado. José Bonifácio, com sagacidade e

ironia muito suas, sentenciou: “Está aprovado o projeto”. Acrescentou que, no dia em que fosse lançada essa ponte escamoteável, ela seria fixada do lado do Senado e não haveria quem a recolhesse. De fato, anos se passaram, é o que acontece até hoje: uma vez lançada, a ponte nunca mais foi recolhida.

Com o tempo, a dinâmica dos trabalhos da Câmara aumentou, sendo construído o Anexo II, e ali muito bem instalada a Biblioteca em três pavimentos, com uma bela sala de leitura, com móveis especialmente criados pelo designer Renato Sá, os gabinetes individuais de leitura e os espaços para o importante acervo. Do mesmo modo, nesse Anexo II funciona o Arquivo, cuja documentação vem desde o tempo da Assembléia Nacional Constituinte Imperial, de 1823. Os dois acervos são realmente valiosos.

Na mesma época foram também instaladas ali, no Anexo II, as comissões técnicas. Elas vieram também do Anexo I, passaram pelo Edifício Principal e afinal se instalaram definitivamente, até hoje, no já referido Anexo II.

Acrescente-se que, na presidência Pereira Lopes, foi criado o chamado secretariado parlamentar, destinado a atender pessoalmente os deputados em seus gabinetes individuais. Para tanto foi edificado o Anexo III. Considerados em pouco tempo exíguos, esses gabinetes passaram para o Anexo IV, cuja construção efetivou-se na presidência do deputado Flávio Marcílio, quando eu já não ocupava a Diretoria-Geral.

De anotar também que uma das preocupações de Niemeyer com os Anexos II e III foi no sentido de que suas alturas não ultrapassassem o nível da pista de rolamento do Eixo Rodoviário, achando-se assim todos localizados abaixo dela.

Em recente conversa, pilheriando com o atual diretor-geral, Dr. Sérgio Sampaio, disse-lhe ter sido eu também diretor, mas com gabinete no Anexo I, durante catorze anos. Todos os dias pela manhã, dizia-lhe eu, contemplava ao longe o prédio do TCU e, quem sabe, de tanto vê-lo, acabei indo para o lado de lá.

A Diretoria-Geral, voltando à pergunta da jornalista Glória, tinha a seguinte rotina: recebíamos os parlamentares, analisávamos os seus problemas e sugestões, despachávamos com os diretores e chefes de serviço, recebíamos os funcionários. Eu tinha por hábito estudar e decidir sobre os expedientes somente à noite, período mais tranqüilo. Lembro-me de que, bem no início dos anos 60, nos primeiros tempos em que ocupei o cargo de diretor-geral, fui convidado por certo deputado, se não me engano do Pará, para saborear um pato ao tucupi. Ele perguntava: “Dr. Luciano, o senhor já comeu pato ao tucupi?” Eu respondia: “Não, deputado, ainda não”. “Ah, vou trazer o tucupi”. Certo dia, ele disse: “Chegou o tucupi. Estamos procurando o pato.”

Certa noite, estava trabalhando em meu gabinete do Anexo I, quando ouvi grande alvoroço dos gansos e patos que a Câmara criava no espelho dágua em torno desse anexo. Olhei e surpreendi o deputado, com mais dois candangos, que mantinham aberto o porta-malas de um carro Aero-Willys. Rápidos, agarraram dois ou três daqueles patos e os jogaram lá dentro. (risos) No dia seguinte, o deputado veio para anunciar-me que afinal, no próximo sábado, poderíamos degustar o prometido pato ao tucupi. Amaral Netto, deputado e jornalista, que dirigia na época um programa famoso de televisão, “Amaral Netto o Repórter”, deu a notícia: o diretor-geral mandara dar baixa em dois patos do patrimônio da Câmara. (risos)

Voltando à Administração da nossa Casa, lembro que a Diretoria-Geral também estava atenta a dar todo apoio administrativo necessário à Mesa da Câmara, ao seu presidente e demais membros e ao secretário-geral da Mesa.

Durante esse período tive o privilégio de conviver e trabalhar harmoniosamente com dois antigos secretários-gerais da Mesa: o primeiro, Paulo Watz e, a seguir, Paulo Affonso Martins de Oliveira, ambos por todos reconhecidamente competentes. Eram senhores absolutos do Regimento Interno da Casa. É de toda justiça recordar nesta oportunidade o notável trabalho desenvolvido por Paulo Affonso como secretário da Presidência, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, dirigida pelo sempre lembrado deputado Ulysses Guimarães.

Ainda a respeito das atribuições do diretor-geral no meu tempo, competia-lhe também assessorar nas competências do 1º secretário que, de acordo com o Regimento Interno, como todos sabem, é o supervisor da administração da Casa; assessorar também as atribuições do 2º secretário, que então orientava os serviços de Publicidade e de Relações Públicas do Cerimonial da Instituição.

Quando de minha administração, tive como colega muito cordial e atencioso o então diretor-geral do Senado e ex-senador, Evandro Mendes Vianna, que permaneceu naquele alto posto por longo tempo. Cumpria-nos, aos dois, descer ao pé da rampa, receber as autoridades e conduzi-las até a entrada do Edifício Principal do Congresso, no Salão Negro. Lembro a propósito que, entre as altas autoridades internacionais, recepcionamos a rainha Elisabeth II da Inglaterra e o presidente francês Charles de Gaulle. Acompanhávamos também, em todo o percurso da rampa do Edifício Principal do Congresso Nacional, os presidentes da República brasileiros que ali chegavam para tomar posse de seus mandatos.

A Diretoria-Geral dava ainda apoio aos trabalhos da 3ª Secretaria, no que diz respeito ao transporte aéreo de parlamentares. De recordar ainda que ali havia

também um setor extremamente trabalhoso, relacionado com o transporte de funcionários e de parlamentares, já que, nos anos 60 a 70 o transporte era, em Brasília, bastante precário. Cunhou-se mesmo a frase: “Em Brasília, o corpo humano se divide em cabeça, tronco e rodas”. Além disso atendíamos um setor de transportes com ônibus escolares, caminhonetes de serviço e carros de passeio, estes para atender os membros da Mesa, as lideranças parlamentares e os presidentes das comissões técnicas.

Por fim também colaborávamos com a 4^a Secretaria, cuja responsabilidade consistia em providenciar moradia para os deputados. Nesse Setor de Habitação o trabalho era, assim, bastante árduo. Inicialmente, na época da mudança da capital, ocupávamos, deputados e funcionários, imóveis chamados funcionais, administrados pelo famoso Grupo de Transferência de Brasília – GTB, sob a chefia do engenheiro Felinto Epitácio Maia, ex-presidente da Casa da Moeda no Rio de Janeiro, deslocado pelo presidente Juscelino para essa complexa função.

Depois criou-se, no lugar do GTB, a Codebrás (Companhia de Desenvolvimento de Brasília). Foi quando a Câmara tomou a decisão de construir, para atender às suas necessidades, seus próprios apartamentos funcionais na 111 Sul e na 302 Norte. Lembro-me de que – vejam só! – quando eu dizia aos deputados que havia imóveis a eles destinados na 302 Norte, eles reagiam achando longe aquele local. Mas eu os convencia de que ali era a grande Asa Sul e todos, aí sim, aceitavam.

Na 4^a Secretaria, o Setor de Habitação era supervisionado por um deputado, mas tinha como seu responsável um excelente e habilíssimo funcionário, Adelmar Sabino, que durante muitos anos atuou ali com grande competência. Fizemos, ele e eu, sempre ótima parceria. Em geral os deputados exigiam apartamentos em andar alto e voltados para o nascente. O Dr. Sabino, que tempos depois veio a ser atuante diretor-geral da Câmara, conseguia com muita habilidade acomodar a todos satisfatoriamente.

Gostaria de acrescentar a este depoimento a presença de duas entidades relacionadas com o trabalho do Diretoria-Geral. A primeira era o Clube do Congresso, que congregava deputados e senadores. Havia muita dificuldade de lazer nos fins-de-semana no começo de Brasília. Daí ter sido criado o Clube, inicialmente funcionando numa sede muito aprazível na ponta do Lago Norte, e mais tarde acrescida de uma sede urbana, na 703 Sul, iniciativa do saudoso presidente do Clube, deputado Mário Gomes.

A outra entidade, criada ainda no Rio de Janeiro, reunia os funcionários e seus familiares. Refiro-me à Ascade (Associação dos Servidores da Câmara

dos Deputados), que em Brasília se desenvolveu bastante. A respeito dela quero relembrar certo fato, para tanto pedindo a ajuda do colega Luiz Roberto Serejo, aqui presente, e que presidiu a Associação durante quatro anos.

Salvo engano meu, o primeiro presidente da Associação em Brasília foi o servidor Benício Teixeira; depois, um conhecido jornalista, funcionário muito competente e atuante, o querido amigo Carlos Brasil; o terceiro foi o Walter Caldas, servidor e grande incentivador da entidade que tinha, como meta maior de sua administração, construir a sede própria da Ascade. Para isso, solicitou logo ao assumir a presidência, a colaboração da Diretoria-Geral.

Era prefeito de Brasília, na época – o cargo de governador ainda não tinha sido criado – o saudoso companheiro engenheiro Plínio Cantanhede, com quem eu havia trabalhado no ministério da Viação (como disse no começo deste depoimento), na gestão do ministro e também colega engenheiro Hélio de Almeida. Plínio Cantanhede era o vice-ministro de Hélio de Almeida, e eu era o chefe de gabinete de ambos, ainda quando vivíamos no regime parlamentar de governo.

Então levamos Carlos Brasil, Walter Caldas e eu – acho que o Serejo também nos acompanhou – o pleito ao prefeito Plínio Cantanhede, que autorizou uma área na L-2 Sul, onde se ergue e funciona até hoje a acolhedora sede de nossa entidade, projetada pelo funcionário da Câmara, arquiteto Eraldo Paixão que, segundo estou informado, já prestou depoimento a este Núcleo de História Oral da Câmara.

É interessante frisar que a doação da área foi feita vinculada ao compromisso de que, se eventualmente vendida a sede, o produto da venda reverteria para a Secretaria da Câmara dos Deputados.

Prosseguindo neste depoimento, lembro que, à frente da Diretoria-Geral, tivemos também participação em várias comissões importantes na época. Uma delas foi a Comissão de Modernização dos Serviços Administrativos da Câmara. Para isso, no início dos anos 70, firmou-se contrato com a Fundação Getúlio Vargas, representada pelo Dr. Diogo Lordello de Mello, que fez excelente trabalho de reorganização dos setores administrativos da Casa.

Outra comissão de que participamos foi a de Promoção dos Funcionários. Não sei se ainda existe essa comissão. O diretor-geral tinha direito a dois votos e os outros três membros um voto cada. Era a única vez em que os deputados pediam um votinho em favor de um funcionário ou outro que trabalhavam em seus gabinetes.

Participamos de mais outra comissão, esta muito polêmica, a de Paridade de Cargos e Salários dos Três Poderes. Representantes do Senado,

do Supremo Tribunal Federal e do Poder Executivo reuniram-se em árduos debates e prolongados trabalhos. Afinal essa comissão concluiu pela dificuldade de se estabelecerem parâmetros de paridade, por haver ficado bem caracterizada a peculiaridade dos trabalhos dos servidores de cada um dos Poderes da República.

Quero também referir-me agora a outros dois aspectos do trabalho então afeto à Diretoria-Geral da Câmara. O primeiro era que, na época, eleitas as Mesas Diretoras, elas delegavam ao diretor-geral a responsabilidade de coordenar a gestão dos recursos orçamentariamente destinados à Casa. Nos sucessivos anos em que ocupei o cargo recebi essa delegação de ordenador de despesas. Durante quase quinze anos prestei contas à Mesa da Câmara e também ao Tribunal de Contas da União, que sempre aprovaram nossas contas.

Um outro aspecto que gostaria de mencionar é este: vez por outra indagam por que, nos dias de hoje, venho tão pouco à Câmara. Realmente, guardo desta Casa as melhores lembranças, por terem sido ótimos os momentos em que aqui vivi. (pausa) Mantenho com muito carinho as recordações dos anos em que aqui trabalhei e vivi intensamente. Brinco com o atual diretor-geral, que também me faz essa pergunta, dizendo-lhe: “Olha, Dr. Sérgio, o motivo de eu vir tão pouco aqui é porque receio ter uma recaída como diretor-geral”. (risos)

Sobre isso é o que eu gostaria de dizer, desculpando-me pela emoção. (palmas)

O SR. ENTREVISTADOR (Ivanir Geraldo Vianna) – Dr. Luciano, de uma das suas histórias, gostaria de saber: o senhor comeu o pato no tucupi?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Comi e, como já disse, estava muito saboroso. (risos)

O SR. ENTREVISTADOR (Ivanir Geraldo Vianna) – Dr. Luciano, egresso do Rio, tive certa convivência com Carlos Lacerda, ainda rapazinho, fazendo a Faculdade Nacional de Direito. E uma das coisas que se comentavam através de Lacerda, Hélio Fernandes, naquelas tertúlias todas que o senhor sabe que tínhamos, lá, é que em Brasília existia uma doença que só tinha um antídoto: o tempo. E como era essa doença, no dizer deles? “Importantite”. De todas essas pessoas, das quais o senhor citou várias, inclusive, eu ainda cheguei a pegar o restinho das aulas de San Tiago Dantas na Nacional. O senhor teve algum contato com esses que sofreram de “importantite”?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Não. Você se refere ao Carlos Lacerda?

O SR. ENTREVISTADOR (Ivanir Geraldo Vianna) – Não, comentava-se que os deputados quando vinham para Brasília começavam a sofrer de “importantite”, que só durava o tempo do mandato, depois passava. E o antídoto era o tempo.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Não, não tive.

O SR. ENTREVISTADOR (Ivanir Geraldo Vianna) – Uma abordagem característica dele.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - Tive ligeiro contato com o governador Carlos Lacerda ainda no Palácio Tiradentes. Um excelente funcionário da Câmara, hoje aposentado, Hugo de Aguiar Levy, foi secretário dele durante muitos anos. Aliás, seria interessante colher um depoimento do Hugo Levy a respeito dessa figura de homem público que tanto marcou a política nacional. De minha parte não tive contato maior com o governador.

O Palácio Tiradentes, como disse anteriormente, foi construído em 1926 com projeto do arquiteto Arquimedes Memória. Conheço bem esses dados porque ele teve dois filhos, ambos meus colegas no Colégio Santo Inácio, do Rio de Janeiro. O projeto de arquitetura do Palácio Tiradentes é muito inspirado nos principais Pavilhões da Exposição do Centenário da Independência de 1922.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Dr. Luciano, o senhor trabalhou como engenheiro no Palácio Tiradentes. Algum tempo atrás eu soube que uma pessoa da manutenção recebeu orientação para quebrar uma parede no Palácio Tiradentes para resolver um problema de encanação, de dutos que estavam com problema. Ao quebrar a parede, descobriu uma coleção de cristais franceses. Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento dessa história.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Como já tive a oportunidade de referir, durante algum tempo, nos anos 50, fui responsável pela manutenção das instalações e reformas do Palácio, mas não me lembro de lá ter encontrado esses cristais franceses.

Mais recentemente estive no Tiradentes. Nossa Câmara, mesmo depois da vinda para Brasília, durante longo tempo ficou responsável pelo Palácio, posteriormente transferido ao então Estado da Guanabara. Coube-me, como representante da Mesa da Câmara, entregar o histórico imóvel ao governador do novo estado, Faria Lima. Lá está tudo muito bem conservado: o plenário, a sala do café, a biblioteca, as comissões.

Hoje, como sabemos, abriga a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Nessa mudança da instituição para Brasília, durante algum tempo ainda ficou atrelado [à Câmara] o Palácio Tiradentes. Nós hoje temos no Museu da Câmara algumas peças oriundas do Palácio. Também não sabemos exatamente como

elas vieram parar aqui. Algumas histórias são contadas de formas diferentes. Então, queria que o senhor se lembrasse como essas peças vieram realmente parar aqui. São alguns móveis e alguns vasos, basicamente isso.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Nessa mudança da instituição para Brasília, durante algum tempo ficou atrelado ainda o Palácio Tiradentes. Nós hoje temos no Museu da Câmara algumas peças oriundas do Palácio. Também não sabemos exatamente como elas vieram parar aqui. Algumas histórias são contadas de formas diferentes. Então queria que o senhor se lembrasse como essas peças vieram realmente parar aqui. São alguns móveis e alguns vasos, basicamente isso.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Qual era a idéia? Era devolver ao Palácio?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Não, elas fazem parte do Museu. Mas queremos saber como elas vieram transferidas para cá, já que eram de uma linhagem de móveis diferentes da arquitetura de Brasília. Só queremos resgatar a história.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Não tenho subsídio maior sobre isso, realmente, não tenho. Consta do Museu, então?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Isso. O que eu sei extra-oficialmente é que o Hamilton Balão foi ao Rio e dentro de um depósito encontrou algumas coisas que não estavam servindo ao Palácio. Ele mandou trazê-las para cá como coisas inservíveis, que no final foram os móveis que restauramos e fazem parte do acervo do Museu.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – De certo modo relacionado com o que você acaba de rememorar, é interessante observar que nas plantas originais do arquiteto Oscar Niemeyer, mesmo no primeiro projeto publicado no nº 1 da revista *Módulo*, diferentemente do que ocorreu com o Palácio Tiradentes, não há expressões como Salão Nobre e Tribuna de Honra. No projeto dele não há essa nomenclatura. A única desse tipo é a referente às palmeiras imperiais localizadas no bosque situado ao lado do espelho d'água do Anexo I. É a única expressão diferente em relação ao conjunto da justificativa original do Oscar.

Sobre essas lembranças é o que me ocorre dizer.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Dr. Luciano, o senhor entrou na Câmara em 1964, em plena efervescência do movimento militar, e saiu em 1977, na Diretoria-Geral. Conta para nós um pouco desses momentos críticos que a Câmara dos Deputados passou, principalmente em 1964, com o deputado Mazilli assumindo a presidência,

depois em 1966, com o fechamento, a dissolução, o recesso do Congresso decretado pelo Castelo Branco, no dia 20 de outubro de 1966; e depois também com o Pacote de Abril.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Quanto ao relacionamento do diretor-geral com o regime militar e depois com as demais presidências da República, eu o resumiria em poucas palavras: foi sempre formal e respeitoso, mutuamente respeitoso. Os militares não nos solicitavam nada, e nós também nada a eles postulávamos. Por exemplo, nosso relacionamento era cordial com as três assessorias parlamentares dos ministérios militares: Exército, Marinha e Aeronáutica, que mantinham aqui permanentemente, acho que até hoje, essas assessorias.

Em outubro de 1966, quando foi decretado o recesso do Congresso, o deputado Adauto Cardoso, então presidente da Câmara, permaneceu no prédio e só se retirou depois de receber pessoalmente, já de madrugada, aquele decreto.

O SR. ENTREVISTADOR (CASIMIRO Pedro da Silva Neto) – O fato iniciou-se no dia 3, com a cassação daqueles cinco parlamentares, e depois com o recesso do Congresso, no dia 20.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Ele, o deputado Adauto, estava em campanha pela reeleição no Rio de Janeiro. Não me lembro bem do mês da eleição, acho que era novembro. O presidente Adauto viajou então para o Rio, onde se dedicaria à sua campanha eleitoral. Lá fez algumas declarações, afirmado que não haveria mais cassações. Depois, de repente, foram cassados cinco deputados: Sebastião Paes de Almeida, César Prieto, Doutel de Andrade, Abrahão Moura e um suplente do Estado do Rio de Janeiro. Em consequência disso, o deputado Adauto retornou imediatamente a Brasília, mantendo-se, como disse, em vigília permanente. Incumbiu-me de verificar quantos deputados estavam aqui presentes. Era época de recesso branco e estavam todos em campanha. Passaram-se os dias sem que se atingisse o quórum que lhe permitisse abrir a sessão. Certo dia, ele pediu que fizéssemos nova verificação, desta vez desde o aeroporto. Constatei que haviam chegado cinqüenta e tantos do MDB, sigla que precedeu à do atual PMDB. Aí ele abriu a sessão e franqueou a palavra aos deputados presentes, inclusive aos cinco cassados. Em razão dessa situação foi decretado o recesso. Isso ocorreu em 1966, na presidência Castello Branco. Depois, em 1968, na presidência do deputado José Bonifácio, teríamos novo recesso, este do Congresso, bastante longo.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – O *Jornal do Brasil*, em reportagem da época, dizia o seguinte: “Num gesto simbólico

e romântico, os deputados cassados asilam-se nas dependências da Câmara, onde o seu presidente tem melhores condições de dar-lhes proteção e segurança pessoal. Alguns se alojam na enfermaria, onde comem, dormem e se medicam. Conta-se que o gabinete do diretor-geral da Câmara dos Deputados, Luciano Brandão, é franqueado aos deputados, e ali ele lhes oferece à noite um chá. O local passa a ser denominado ‘Casa de Chá do Lar de Outubro’. Então, é uma referência muito elogiosa.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Isso é que é memória, hein? Tenho a impressão de que quem batizou o gabinete com esse nome, em alusão a uma peça teatral de sucesso na época, “A Casa de Chá do Luar de Agosto”, foi o deputado Amaral Netto. Sucedeu que, naqueles dias, o presidente Adauto Cardoso me havia dado instruções no sentido de que eu, como disse há pouco, acolhesse, nas dependências da Casa, com toda assistência possível, os deputados atingidos, entre eles Sebastião Paes de Almeida, um parlamentar financeiramente bem sucedido, rico empresário de Minas Gerais. Ao retirar-se, em nome dos demais, agradeceu-nos ele a hospedagem, que considerou de primeira qualidade. Lembro que, quando o deputado presidente Adauto se retirou da Casa naquela madrugada, com ele saíram também todos os deputados que haviam pernoitado aqui. Amaral Netto, um dos que passaram a noite na Câmara, estava muito nervoso. Num gesto de irritação, rasgou e jogou fora a carteira de identidade parlamentar. No ato, quem sabe lembrando-se de alguma coisa, voltou-se para mim e disse: “Luciano, prepara a segunda via, porque eu vou no Electra hoje à noite, hein!” (risos)

Esse fato foi publicado na imprensa, no *Jornal do Brasil*, como outros, inclusive o do pato ao tucupi.

O SR. ENTREVISTADOR – Na revista *Manchete* também.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – São vários episódios registrados.

O SR. ENTREVISTADOR – Queríamos fazer essa homenagem ao senhor.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Muito obrigado. É isso mesmo.

O SR. ENTREVISTADOR – O senhor era uma personalidade na época.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – É, ficamos aí. Acho que o Serejo estava aí nessa época, não estava? Foram vários dias.

O SR. ENTREVISTADOR – Foi do dia 13 ao dia 20.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – É interessante. O deputado Adauto, que sempre foi um dos mais votados no Rio de Janeiro,

tendo em vista esse episódio, ficou em difícil situação eleitoral, não é? Teve uma votação bem menor naquela eleição. E ele até registrou...

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Depois em novembro, na volta, ele renunciou.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – É. Ele renunciou.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – É, ele apresentou a renúncia.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - Voltando a referir-me ao presidente Adauto Cardoso, lembro novamente que ele fôra sempre um dos mais bem votados no Estado do Rio de Janeiro. Mas em vista do episódio a que acabo de aludir, ficou em difícil situação eleitoral, recebeu uma votação bem menor na eleição de 1966.

Ao voltar a Brasília renunciou ao mandato e logo depois foi para o Supremo Tribunal Federal. Mas ele não renunciou pensando em ir para o Supremo, não.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Não. Mas em janeiro ele foi indicado para o Supremo pelo próprio Castelo Branco.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – É.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Castelo Branco, que havia fechado o Congresso, já o indicou para o Supremo em janeiro ou fevereiro.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Fiquei catorze anos na Diretoria.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Dr. Luciano...

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Muito obrigado pela lembrança, pela homenagem.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Quando a Câmara se transferiu para Brasília, ela chegou aqui e encontrou um prédio, em termos de área, bem superior ao Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Logo depois, foi feito o Anexo II. O que motivou a Câmara dos Deputados a ir se desdobrando nesse espaço, nessa transformação? O senhor viveu bem tudo isso. Explique-nos um pouco.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - No meu último período como diretor-geral, o deputado Marco Maciel, então presidente da Câmara, e hoje senador da República, chamou-me ao seu gabinete, onde estava recebendo o vice-presidente do parlamento alemão, cuja sede era em Bonn, à margem do Reno, onde, próximo dali, iam construir um novo edifício. O ilustre visitante, em sua viagem, estava conhecendo vários parlamentos modernos fora da Alemanha, já tendo estado em Israel. Agora queria conhecer as novas

instalações do parlamento brasileiro. O presidente Marco Maciel incumbiu-me de acompanhar na visita o vice-presidente alemão, que entretanto disse: “Não, quero sozinho percorrer todo o edifício; depois vou à sua sala para conversarmos”. Ao voltar, fez exatamente a mesma embaraçosa pergunta que você me fez, ou seja, por que um prédio, construído há apenas dezessete anos, já com tantos anexos? A minha avaliação, atendendo ao questionamento que você, meu caro jornalista, acaba de me fazer, é que todos esses acréscimos se explicam pela dinâmica da Casa: aumento do número de parlamentares e servidores, novas atribuições legislativas, criação do chamado secretariado parlamentar e tanto outros. Ainda diretor-geral, coube-me fazer gestões junto ao Ministério da Justiça para trocarmos as áreas a nós destinadas. Onde está hoje funcionando o Anexo IV, anteriormente estava previsto, na planta de urbanismo de Brasília, a construção do Arquivo Nacional, órgão do Ministério da Justiça. E nós tínhamos do lado de lá, do lado daquele ministério, uma quadra destinada ao setor de transportes, creio eu. O jornalista Paulo Cabral, que era secretário-geral do Ministério à época, fez os entendimentos no sentido de serem trocadas as áreas e permutados os espaços.

Minha impressão é que o projeto original do edifício sede da Câmara não lhe fôra previamente submetido. Tanto assim que, depois de ocuparmos 80 mil metros quadrados de área construída, em contraposição aos 8 mil da Câmara no Rio, no Palácio Tiradentes, foram acrescidos, até agora, mais 60 mil, que correspondem ao Anexo IV. E não sei se está em cogitação a construção de outros anexos. Portanto tudo isso se justifica pela própria dinâmica da Casa. Tanto espaço levou mesmo um deputado daquela época, membro da Mesa, por achar que as pessoas que transitavam pela Câmara se extraviavam indo do Anexo I para o II e para o III e até para o IV, a propor que se denominassem os corredores e as galerias, com os nomes dos rios da Amazônia. Houve mesmo um projeto nesse sentido.

Lembro-me agora de outro fato interessante sobre o plenário e o Salão Verde. É que, tão logo concluída a reambientação do plenário, foi votado um projeto de lei, hoje resolução, que só permite modificação no Edifício Principal mediante decisão votada em plenário. A iniciativa dessa resolução foi do próprio presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães.

Reafirmo: essas mudanças têm tudo a ver com a própria natureza das instituições, que tendem sempre a evoluir. Veja: no Rio de Janeiro éramos 326 deputados e quatrocentos e poucos funcionários. Hoje somos 513 deputados e um número bem maior de funcionários. Na época em que eu deixei a Diretoria-Geral, eram cerca de 2.500 funcionários.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Hoje são cerca de 3.600 funcionários efetivos em atividade.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Fora os funcionários do secretariado, não é?

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Sim, somente funcionários efetivos são 3.600. Os funcionários do secretariado e cargos em comissão são em torno de 9 mil.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Ah!

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Dr. Luciano, em relação ao crescimento físico das instalações, há um fato pitoresco. Não sei se o senhor se lembra com certeza do nosso saudoso companheiro José de Carvalho França.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Sim, ele era o responsável pelos apartamentos dos funcionários. Não é esse? Lembro-me de que ele me deu um apartamento na 108, bloco A, o da frente, muito bom, mas sem móveis. O primeiro dia em que cheguei, realmente... (risos)

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Então, em relação ao crescimento das instalações físicas da Câmara, ele tinha um humor muito acentuado. Era poeta, compositor e gostava muito do Rio de Janeiro. Dizia que ficava muito satisfeito em ver o crescimento dos anexos da Câmara e torcia para que cada vez mais fossem construídos outros anexos. Assim, se o último anexo a ser construído ficasse bem próximo do Rio, ele pediria para ser lotado lá. (risos)

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Depois, ele ficou no Rio, não é?

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Ele ficou, mas depois retornou e teve que reassumir. Lembra-se? Houve um problema com relação à aposentadoria dele, acho que no próprio TCU. Ele retornou e ficou. Foi inclusive meu diretor social no tempo de Ascade.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Eu agradeço a gentileza do convite.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Nós gostaríamos de aproveitar, enquanto for possível, a sua presença aqui.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Estou às ordens.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – O senhor falou da Ascade e do Clube do Congresso. Já tivemos também alguns depoimentos sobre a importância do apoio que o senhor deu à construção, por exemplo, da Ascade. Dizem que, se não fosse sua interferência junto ao governador, ela não teria sido efetivada. Conta um pouquinho para nós sobre isso também.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Da Ascade?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira) – Isso.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - O Luiz Roberto Serejo pode me ajudar a reconstituir essa história. A Ascade era uma associação só de funcionários da Câmara, criada, como já disse, no Rio de Janeiro. Nela liderava um dedicado zelador do Palácio Tiradentes, cuja memória quero aqui reverenciar. Trata-se do Benedito Henrques. A Ascade veio de forma meio improvisada para Brasília, mas foi aqui muito dinamizada por suas sucessivas diretorias, como também já referi. Houve realmente a necessidade, a força de coesão dos funcionários na nova capital era muito grande no começo, uns apoiando os outros. Daí a grande importância dada à Ascade. Mas precisava-se de uma sede. Batalhavam por isso, primeiro o Benício, depois o Carlos Brasil e por fim o Valter Caldas, que foi e continua sendo um grande incentivador da entidade. Eles estavam empenhados em conseguir uma sede, mas para isso era necessário um terreno. O problema, com realcei antes, foi levado ao engenheiro Plínio Cantanhede, então Prefeito de Brasília. Por feliz coincidência eu havia assumido a Diretoria-Geral da Câmara. Ambos, ele e eu, éramos originários do Rio de Janeiro, havíamos trabalhado juntos com o ministro Hélio de Almeida, titular, na época, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Examinando com muita simpatia o pleito, Cantanhede prontamente autorizou a doação do terreno na L-2 Sul, com aquela cláusula, lembram?, de que, se algum dia a Ascade fosse extinta, o terreno seria incorporado ao patrimônio da Câmara.

Quem fez o projeto da Ascade foi o Eraldo Soares Paixão, então chefe do Serviço de Arquitetura da Câmara. Havia no orçamento da Casa, tanto para o Clube do Congresso quanto para a Ascade, uma subvenção anual. Deve ter sido com esses recursos e com a contribuição mensal dos funcionários que seus dirigentes conseguiram construir a tão bem localizada e acolhedora sede da Ascade na L-2. Quando foi inaugurada, ofereceram-me uma série de fotografias, que recentemente doei ao acervo histórico de nossa entidade.

Sou sócio da Ascade, mas não era da ASA, entidade que hoje congrega funcionários aposentados. A razão disso é que, quando saí da Câmara, não me aposentei, pedi exoneração. Achei que devia me exonerar porque iria assumir outro cargo público. Não queriam me associar à ASA, até que provei que aquela era uma associação dos aposentados e também dos exonerados. Passei então, muito honrado, a pertencer à ASA.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Dr. Luciano, eu também gostaria de dar um testemunho. Durante o tempo em que fui presidente, o governador de Brasília era o Sr. Elmo Serejo, e o senhor proporcionou

uma visita do governador à nossa sede, justamente aproveitando o grau de parentesco que tínhamos, o senhor nos aproximou. E, diante dessa aproximação, ensejou um pedido de compra de um terreno na beira do lago, onde hoje funciona a sede náutica. Isso aconteceu graças, mais uma vez, à sua atuação em defesa dos interesses dos funcionários da Câmara e do próprio desenvolvimento da Ascade. Daí demos entrada no processo, que anos depois foi concretizado. Hoje está funcionando a sede náutica, e a sede da 609 foi arrendada para a ASA.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - Sei disso. Acompanho, de longe, mas acompanho. Lembro de uma fotografia na qual se vê o governador Elmo Serejo inaugurando a sede da Ascade ao lado do deputado José Bonifácio, então presidente da Câmara, em dezembro de 1968. O colega Serejo conheceu o deputado José Bonifácio.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO - Conheci. Já prestei meu depoimento aqui e disse que, apesar de ser um deputado ligado ao movimento da Revolução, foi uma voz que se levantou em defesa dos funcionários da Câmara. Na época da tentativa de paridade, S. Exa. ocupava a tribuna e dizia que paridade com os funcionários da Câmara não existia, porque eles eram os melhores e, como tal, teriam que ser diferentes.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - Essa Comissão de Paridade, a que me referi, foi boa num certo sentido, porquanto caracterizou realmente as peculiaridades do funcionalismo do Legislativo. Quem representava o Poder Executivo nessa Comissão era o Coronel Siqueira, do Dasp, o Evandro Mendes Viana, então diretor-geral do Senado, Hugo Mósca, conhecido advogado de Brasília, na época diretor-geral do Supremo Tribunal Federal.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) - Dr. Luciano, em 1968 o Congresso fechou dia 13 de dezembro, em decorrência do AI-5, e só foi reaberto em 1969. Como foi esse período, estando o senhor na condição de diretor? Conte para nós.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - Posso testemunhar, informar que foi um período de absoluta continuidade administrativa nesta Casa. Continuei vindo aqui trabalhar todos os dias e até, quando necessário, despachar à noite como sempre foi meu hábito. Foi um período difícil, mas o enfrentamos todos juntos, o dedicado corpo funcional da Câmara. Atendíamos os parlamentares que eventualmente vinham a Brasília. Em termos administrativos, a Casa funcionou normalmente, e por quase onze meses.

O presidente José Bonifácio vinha aqui diariamente. Ocorre-me agora um fato pitoresco sucedido na Diretoria Médica, que funcionava no 2º andar do anexo administrativo, o Anexo I. A Diretoria-Geral estava logo acima, no 3º andar. O deputado José Bonifácio freqüentava muito a Diretoria-Geral, onde ia despachar, num estilo muito próprio dele. Quando se aproximava uma eleição para a Mesa da Câmara, na qual era candidato – foi candidato várias vezes a primeiro-secretário, a vice-presidente –, quinze dias antes me comunicava que deixaria de aparecer na Diretoria-Geral. Perguntei: “Por quê, deputado José Bonifácio?” “Pelo seguinte: vindo eu aqui para o 3º andar, os que são contra mim dirão: “Zezinho está indo para a Diretoria Médica – não votem nele, não, porque ele está doente” (risos)

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Há uma história dele em Barbacena. É verdadeira, não?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Pode contar, essa é sua.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Pois é. Em um comício de que participava em Barbacena, ele passou mal. Chamaram a ambulância. Quando chegou a ambulância, a sua esposa é que foi nela e ele foi ao lado, porque se o eleitorado visse que ele estava em uma ambulância, diria que ele iria morrer e não votaria nele.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – É, foi na maca. Aí ficou aquele mal-estar, a maca, os médicos. Então ele disse: “Vera, deita aí”. Aí a D. Vera deitou-se na maca e ele comandou a ida. Ele foi andando. (risos)

Há dele muitas histórias. Duas coisas ele me contava: primeiro, seu temor de viajar de avião, só superado muitos anos depois diante das responsabilidades e encargos da presidência. A outra foi esta sua afirmação: “O dia em que deixar esta Casa, não volto mais aqui”. E cumpriu realmente a palavra. Ele não se candidatou mais; candidatou-se o filho, que hoje é o deputado Bonifácio de Andrade.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto – Dr. Luciano, depois de tantas histórias que ouvimos o senhor contar, há uma que acho seja interessante para o nosso projeto, ou seja, a da sua eleição e nomeação para ministro do Tribunal de Contas da União. Afinal, durante todo o tempo em que estou nesta Casa, só vi dois funcionários da Câmara chegarem lá. Isso hoje é muito difícil, a disputa é grande.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Para ser absolutamente sincero, chega sempre o momento em que todos nós precisamos nos renovar. Penso que podemos até cansar os outros ocupando continuadamente o mesmo lugar. Cumpre termos extremo cuidado com isso, e eu procurei ter

esse cuidado, percebendo a hora em que já havia terminado meu trabalho. E, para ser absolutamente sincero, devo dizer que desejei ir para o Tribunal de Contas da União, Instituição que sempre admirei e tinha o privilégio de ver do 3º andar do nosso Anexo I todos os dias. Todas as manhãs eu a contemplava pela minha janela da Diretoria-Geral. É por isso que estou aconselhando o Dr. Sérgio Sampaio a se mudar com urgência para o Anexo I. Foi muito simples. O meu nome foi aceito. Quem me nomeou foi o presidente Ernesto Geisel, com quem eu não tinha qualquer aproximação. Submetido meu nome ao Senado Federal, fui, para honra minha, plenamente aprovado.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Mas houve concorrentes? O senhor disputou com quem, ou foi concorrente único?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Ao que eu saiba, fui candidato único. Recordo que, no Cerimonial – não sei se ainda é assim – mas naquela época, no final do ano, era praxe os parlamentares irem ao Planalto cumprimentar o presidente da República. Ao final da fila, iam os diretores-gerais do Senado e da Câmara. Nos anos em que fui diretor, durante essa cerimônia, eu cumprimentava nessa condição o presidente da República. Foram, até então, meus únicos contatos com o presidente Geisel. O meu nome, como acabo de registrar, foi submetido ao Senado e foi aprovado. Não sei se na história do Tribunal de Contas houve situação semelhante. Acho que antes, não.

Anos mais tarde, sim, foi nomeado para o TCU nosso colega Paulo Affonso Martins de Oliveira, a quem já tive a satisfação de mencionar. É sempre oportuno destacar que o TCU é órgão que auxilia o Congresso Nacional na fiscalização dos gastos públicos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dr. Luciano, quando do fechamento do Congresso parece que tanto Deputados quanto servidores da Casa tiveram dificuldades financeiras pelo fato de terem seus salários reduzidos porque não havia extraordinário, etc. O senhor, na condição de diretor-geral, enfrentou algum problema extra por causa disso? O senhor teve de criar estratégias para socorrer pessoas?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Não. O acréscimo de vencimentos, como disse muito bem em sua pergunta, decorria das sessões extraordinárias. Antigamente era muito comum a realização de sessões noturnas, estas extraordinárias. E aconteceu realmente uma diminuição sensível nos vencimentos dos funcionários. Mas houve um ajustamento. Cada um pagou sua cota de sacrifício, mas não houve providência excepcional por parte da Diretoria-Geral para satisfazer essa emergência. Aliás, é importante

frisar que todos nós servidores permanecemos firmemente em Brasília com muita coesão no sentido de superar todo aquele difícil período.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Dr. Luciano, antes da contratação da Fundação Getúlio Vargas para fazer o estudo que gerou a reestruturação da Câmara, alguns motivos o levaram a promover esse estudo com fins de mudança. O que realmente contribuiu para abrir a visão nessa direção?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Um dos motivos era exatamente este a que você há pouco se referiu: o acréscimo da metragem quadrada da área ocupada pela Casa e, em razão disso, o substancial aumento do número de funcionários. Houve aqui concorridos concursos públicos realizados à época, todos eles muito rigorosos, como aliás tem sido sempre tradição desta Casa. Todos nós lembramos com respeito de D. Nayde Figueiredo, então diretora da Taquigrafia, que coordenava todos os nossos concursos públicos, é bom repetir, sempre extremamente bem organizados e muito conceituados em todo o serviço público do país. Repetindo, houve significativa ampliação da área quadrada, em razão do crescente aumento dos trabalhos e da própria atividade parlamentar, do plenário, das comissões técnicas e do número de publicações. Impunha-se desse modo reestruturar toda uma montagem oriunda do Rio de Janeiro.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Alguns segmentos resistiram a essas mudanças. Como o senhor conviveu com isso? Como foram os desdobramentos disso?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Nisso consistia aliás a tarefa do diretor-geral, facilitada pela aplicação do método de engenharia, que voltei a utilizar. Em Engenharia, quando há uma equação com muitas incógnitas, como era o caso, experimentam-se, em etapas sucessivas, os valores de todas as variáveis, até que se resolva a equação. É o chamado, bem me lembro, método algébrico das aproximações sucessivas. Esse foi o meu desafio, que deve ter sido também o de todos os diretores que me sucederam: José Ferreira de Aquino, Alteredo de Jesus Barros, Adelmar Sabino e, agora, Sérgio Sampaio. Meus antecessores foram Floriano Ramos e Adolpho Gigliotti.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Dr. Luciano, houve também por pouco tempo o Ângelo Guedes.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - De fato, ele foi substituto do Dr. Adolpho Gigliotti. Ao longo de todo período aqui vivido, além do convívio cordial com os parlamentares, sobressai minha estreita convivência com os funcionários. A propósito, de todos com os quais tão

intensamente convivi, permito-me destacar um. Entre outras razões, por ser ele o único a permanecer em plena atividade, como diretor, e particularmente vinculado a questões arquitetônicas e de engenharia da Casa. Refiro-me ao amigo Hamilton Balão. Tanto assim que, quando deixei esta Casa e fui para o Tribunal de Contas, nunca deixei de me sentir servidor da Câmara.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Dr. Luciano, quero registrar uma espécie de homenagem. Conversando com vários funcionários hoje na Câmara, eles relembram que o senhor cumprimentava todos pelo nome. O senhor tinha essa preocupação.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - É verdade. Quando o Serejo hoje aqui chegou, ocorreu-me perguntar logo pelo irmão dele, o taquígrafo Luiz Paulo Serejo. Ainda guardo vários nomes de colegas daquela época.

Realmente, como já disse, ter sido diretor-geral desta Casa foi um privilégio, além de me ter dado sempre grande satisfação. Considero importante gostarmos do que fazemos. Nunca deveria fazer comparação entre a Diretoria-Geral e o Tribunal de Contas: são funções completamente diferentes. Entretanto, o de que eu gostava mais mesmo, era daqui.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Dr. Luciano, nesse tempo em que o senhor conviveu na Câmara muitos fatos engraçados se passaram. O senhor contou alguns aqui. O senhor se lembraria de mais alguns com que pudesse ilustrar esta conversa?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Não me lembro assim de pronto.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – O do pato foi engraçado. E o bom foi saber que o senhor o comeu. (risos)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quanto à sua teoria da propagação rápida do boato, o senhor chegou a testar?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Não. Eu provavelmente não testei. Mas não é verdade? (risos)

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Voltemos a falar de 1966, período em que houve uma preocupação muito grande do Congresso com a democracia. Em 1966, como o episódio do fechamento da Câmara ocorreu? Dizem que o coronel entrou até perto do plenário. O senhor chegou a acompanhar os fatos que estavam ocorrendo ali? Dizem que o coronel chegou para fechar o Congresso e que fechou as portas.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Não, tanto quanto me lembro, o episódio não se passou assim. O presidente Adauto Cardoso deu

instruções no sentido de que eu mandasse verificar no aeroporto a chegada dos deputados, porque não havia ninguém em Brasília, estavam todos nas suas campanhas eleitorais de 1966. Mas ocorreu que, certo dia, já estavam em Brasília deputados, dando com suas presenças quórum para que se abrisse a sessão. Foi quando o presidente franqueou a palavra a vários deputados, inclusive os cassados. Numa determinada noite foi trazido ao deputado Adauto o decreto de recesso do Congresso. Ele, depois de ler o decreto, disse: “Nada mais tenho a fazer nesta Casa”. Levantou-se, saiu, e os já agora setenta e tantos deputados do então MDB o acompanharam.

Quanto a mim, retornei ao meu gabinete no terceiro andar do Anexo I e lá fiquei trabalhando normalmente. A sua pergunta era nesse sentido?

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – É nesse sentido, sobre esse vazio que deve ter acontecido, principalmente para o senhor, que é um administrador nato. Essa saída do deputado e o retorno do senhor ao gabinete devem ter causado esse vazio de poder à época.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - Passaram-se vários dias até que tudo voltou à normalidade, com a reabertura do Congresso. Foi um período curto.

Quanto ao pitoresco, havia o tom coloquial. Nós, que vivemos aqui, acabamos incorporando o vocabulário parlamentar cotidiano. “Banda de Música”, na UND, por exemplo, era muito usado. “Bossa Nova”, os “bigurrilhos” do PTB, um grupo comandado pelo deputado Fernando Ferrari, conhecido como o homem das mãos limpas. Falava-se também no “baixo clero”, expressão que ainda hoje é usada na imprensa. É uma expressão, como se sabe, oriunda da Revolução Francesa: “os cardeais” e “o baixo clero”.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Dr. Luciano, no início de Brasília o Clube do Congresso foi uma coisa muito importante, já que não se tinha outro tipo de atividade extratrabalho. E muitas coisas aconteceram no Clube do Congresso. Em 1964 acabou sendo contruída a sede urbana, por alguns motivos. O senhor tem o que dizer da trajetória desse clube? O senhor conviveu com as pessoas que freqüentavam o clube?

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Convivi de longe com a entidade, e apenas com os seus presidentes. Lembro-me dos deputados Mário Gomes e Paulino Cícero. Não tinha contato estreito com o Clube do Congresso. Apenas quando eventualmente ia à sede campestre, como se chamava a que fica na ponta da Península Norte, tinha convivência social com os deputados e suas famílias. Mas não participei, porque era associado à

Ascade, que congregava os funcionários e que eu freqüentava. Lá havia shows e noites dançantes.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – No meu depoimento eu contei uma verdade: quando nós tomamos posse, resolvemos fazer uma comemoração no dia 28 de outubro, o Dia do Funcionário. Como sempre, a participação da Câmara é muito efetiva. E o senhor, num ano, disse: “Olha, Serejo, vamos fazer o baile do Dia do Funcionário. Contrata a Ângela Maria, porque eu gosto muito dela”. E foi efetivado esse baile. Até entreguei há alguns dias fotografias, mas o senhor não aparece em nenhuma, porque não gostava de tirar fotografia.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Documentando este depoimento, coloco à disposição de vocês aqui, se for útil para o trabalho, algumas fotos de meu acervo fotográfico.

Antes de nos reunirmos aqui, pensei em sugerir que vocês fossem ouvir o arquiteto Oscar Niemeyer sobre o partido arquitetônico que ele adotou para o edifício do Congresso Nacional. É uma história muito interessante, que contou com a participação do poeta e também arquiteto Joaquim Cardozo, que, à época, no Brasil, era o mais conceituado calculista de grandes estruturas, como, por exemplo, as audaciosas colunatas do Palácio da Alvorada, do Palácio do Planalto, sem falar na plataforma do Edifício do Congresso, com suas duas cúpulas. Mas a esse respeito o Carlos Henrique me informa que Niemeyer já havia feito seu depoimento. Oscar diz sempre que o que o orientou a conceber o formato das duas cúpulas foi a dimensão que deveriam ter as galerias destinadas ao público de cada uma das duas Casas do Congresso. Para a Câmara, com uma galeria bem maior, ele concebeu uma forma aberta; e para o Senado, cuja galeria é bem menor, ele fez ao contrário. Não sei se ele falou sobre isso. Ocorre-me agora fazer outro registro curioso. Certa vez indaguei ao nosso consagrado arquiteto por que todo mundo que vem aqui, dos projetos por ele executados, gosta mais do Itamaraty? “Eu, por exemplo” – disse-lhe – “gosto mais do Alvorada, à noite inclusive, com aquela colunata parecendo pousar no gramado”, ao que ele prontamente revelou: “Não, de todos, o que eu gosto mais é o do edifício do Congresso”.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Isso. E um fato pitoresco do Oscar Niemeyer é que ele estava conversando com o Dr. Sabino sobre umas mudanças e estava aguardando o pessoal da engenharia. Ele fez um croqui do prédio da Câmara, do Edifício Principal, e nesse croqui, conversando, batendo papo, ele inverteu a posição das cúpulas. E o Dr. Sabino guarda esse croqui com a inversão com muito carinho. Acho que tem valor.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA - Podíamos fazer uma reunião com todos os diretores para puxarmos tudo isso, resgatando toda uma memória, sem dúvida interessante.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Podemos, é uma boa sugestão.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Mas ele não viaja de avião também, não é?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Não, ele só anda de carro.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Eu já o vi uma vez – ele engana um pouco – dentro de um DC-10, aquele DC-10 que ia para Manaus.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Filho) – Deve ter sido uma única vez.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Ele não viaja mais para a Europa também, porque agora não há mais navio. Quando havia, ele ia. No dia 15 de dezembro ele vai fazer 97 anos. Mas está bem. Eu estive com ele recentemente.

Apesar de aposentado pelo TCU, lá eu secretario a Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a OISC/CPLP. Dela, em ordem alfabética, participam sete tribunais de contas: os de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Há, ainda, a possibilidade de, no futuro, a República do Timor Leste também integrar a Organização. A propósito, solicitei mais uma vez ao nosso Oscar Niemeyer que criasse o logotipo dessa entidade. O resultado foi uma bela logomarca da Organização, acompanhada de inspirada justificativa. Ele é uma figura extremamente amiga, cordial, sempre muito coerente com suas convicções políticas.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Além das informações que o senhor nos passou, importantes do ponto de vista do nosso projeto, gostaria de dizer que foi uma delícia conversar com o senhor hoje à tarde. A sua presença era ansiosamente esperada. Em nome de todos, gostaria de agradecer a sua participação e a sua presença no nosso projeto.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO BASTOS SEREJO – Dr. Luciano, gostaria de falar um pouquinho mais. Sem querer desmerecer tantos outros diretores-gerais que passaram pela Câmara, eu gostaria de dizer que o senhor foi o único na relação com os funcionários e com os parlamentares. O senhor nunca se negou a nos dar uma mão nas horas em que precisávamos, inclusive em situações particulares.

Eu sou testemunha disso, porque passei por um momento muito difícil na minha vida, e o senhor foi fundamental na solução de um problema pessoal pelo qual eu passei. O senhor sempre nos recebeu de braços abertos, de mãos abertas, de coração aberto. Nunca nos negou uma ajuda, um conselho amigo e estava com as portas do seu gabinete sempre abertas, mesmo quando atendia a parlamentares. Assim que qualquer funcionário entrava em seu gabinete, o senhor lançava um olhar, e aquele olhar significava para nós que imediatamente iria nos atender. Isso, durante todo o tempo em que o senhor ficou à frente da Diretoria-Geral, foi um fato que pode ser testemunhado por tantos quantos foram ao seu encontro em busca de uma palavra amiga, de um aconselhamento, de um apoio. Eu gostaria de dizer, em nome de todos aqueles que trabalharam sob a sua direção, muito obrigado. Foi uma honra tê-lo como nosso diretor-geral.

O SR. LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA – Eu é que agradeço suas generosas palavras, amigo Serejo. Chegando ao termo deste depoimento, faço questão de reafirmar ter sido este um momento muito grato para mim. Salvo eventuais e compreensíveis omissões, foi o que me ocorreu relembrar em relação ao período em que, aqui trabalhando, dediquei os meus melhores esforços. Se de alguma coisa me envaideço é ter feito nesta Casa muitas e duradouras amizades.

Muito obrigado!

Gostaria de encerrar este depoimento com estas palavras: eu era e sou um de vocês.

Muito obrigado a todos. (palmas)